

Contribuições e Desafios da Psicologia Política para as Políticas Públicas

Contributions and Challenges of Political
Psychology to Public Policies

Contribuciones y Retos de la Psicología Política
para las Políticas Públicas

Alessandro Soares da Silva - USP

Celso Zonta - UNESP

Editores

Com esse segundo número da **Revista Psicologia Política** em 2008 completamos um ano como editores. Este ano foi marcado pelo ingresso na biblioteca PEPSIC, por mudanças no sistema de avaliação de revistas da – WEBQualis – e pelo ingresso no indexador *Worldwide Political Science Abstracts*. O volume de 2007 CAPES – editado por nossos antecessores – foi avaliado no sistema CAPES como **B1** na área de *Administração, Ciências Contábeis e Turismo*, como **B2** nas áreas *Interdisciplinar, Psicologia e Serviço Social* e como **B4** na área do *Direito*.

Nesse ano, publicamos 18 artigos e duas resenhas distribuídos entre autor@s de 16 instituições distintas. Foram avaliados 41 artigos e colaboraram 62 consultores *ad hoc* advindo de 34 instituições de ensino superior do Brasil e do exterior.

No presente número apresentamos a noss@s leitores um conjunto de 9 artigos, sendo 4 parte de um dossiê sobre homofobia nos livros didáticos, e uma resenha. Uma característica dessa revista de número 16 é a relação que esse conjunto de artigos constrói com o campo das políticas públicas e da psicologia política. Abre o presente número o artigo *Sob a ótica dos pilotos: uma reflexão política sobre condições e organização do trabalho dos controladores de vôo* de autoria de Roberto Heloani (FGV-SP/UNICAMP). O manuscrito aborda a crise aérea brasileira e o seu impacto na qualidade de vida e saúde mental dos sujeitos envolvidos na manutenção do sistema de aviação aérea civil. O estudo analisa documentações do setor e entrevistas com pilotos,

contribuindo para a compreensão dos fatores que podem limitar e/ou potencializar as ações do Estado nessa área. Na seqüência, Ilana Lemos de Paiva (FARN) e Oswaldo Hajime Yamamoto (UFRN) apresentam uma análise crítica da prática social de psicólogos e psicólogas em organizações do terceiro setor que atuam em comunidades. A perspectiva adotada no manuscrito *Os Novos Quixotes da Psicologia e a prática social no “terceiro setor”* procura apontar para a diferença entre boa vontade e o agir crítico que supera as artimanhas da alienação, que abre caminhos para pensarmos formas de atuação mais críticas e libertárias, bem como a necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre os fazeres das organizações do chamado *terceiro setor*.

Os três artigos que seguem, formam uma espécie de dossiê informal sobre Políticas Públicas e Juventude, pois são artigos apresentados isoladamente, mas que, quando lidos em seu conjunto, formam um quadro da situação sócio-política de jovens e adolescentes. O primeiro artigo é de autoria de Regina Magalhães de Souza (Secretaria Municipal de Planejamento, PMSP/SEMPPLA) e Nicolau Tadeu Arcaro (Instituto Gestalt - SP/LAPSI – USP) e se intitula *O Banco Mundial e o Investimento na Juventude Brasileira*. O manuscrito analisa três documentos referentes à juventude produzidos nos anos 2000 pelo Banco Mundial de modo a identificar a posição atribuída ao jovem, objeto de políticas públicas. Nesse quadro analisa-se a aparente potencialização do jovem e possíveis estratégias de controle do comportamento desse mesmo jovem a partir de certas discursividades e da substituição de certas noções por outras na construção desse discurso, como é o caso da substituição da noção *situação de risco* por *comportamento de risco*. No artigo *A concepção de cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para a cidadania de crianças e jovens* da autoria de Renata Alves de Paula Monteiro (UFRJ) e de Lúcia Rabello de Castro (UFRJ) encontramos um estudo crítico da razão desenvolvimentista que corroborou visões que impediam que crianças e jovens pudessem exercer um papel cidadão por ainda não estarem “*plena-mente*” desenvolvidos para o exercício de sua participação cidadã. Nesse sentido, o artigo aponta para a força que essa racionalidade tem em nossa sociedade, inclusive sendo um elemento orientador de novas concepções como *sujeito de Direitos*, mas que apesar de constituir um avanço, ainda guarda ambigüidades como tutelar ou encorajar a participação juvenil. Por fim, trazemos aqui o artigo *Una propuesta de categorización de la participación política de jóvenes cordobeses* de autoria de Silvina Brussino, Hugo Rabbia, Patricia Sorribas, pesquisador@s do Grupo de Psicologia Política da Universidad Nacional de Córdoba – Argentina. Em seu trabalho procura-se entender a estrutura subjacente das práticas políticas de 300 jovens cordobeses entre 18 e 30 anos, as quais foram categorizadas em três agrupamentos para fins analíticos: participação

partidarismo-sindical, participação da comunidade e participação expressiva.

Após esses 5 artigos, trazemos o dossiê *Em foco: homofobia nos livros didáticos, um desafio ao silêncio* organizado por Cláudia Viana (USP) e Débora Diniz (UnB) contendo 4 manuscritos que em seu conjunto voltam seu olhar para as políticas de educação no Brasil no que tange a abordagem de questões transversais como orientação sexual e homossexualidade. Os textos aqui apresentados são resultado da pesquisa nacional *Qual diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros?* Financiada pelo Ministério da Saúde e abordam elementos da produção da subjetividade e a construção política de sujeitos que estão em constante situação de opressão social, o que faz dessas reflexões um contributo importante para a Psicologia Política e para a construção de políticas públicas que sejam marcadas pela efetiva educação para os direitos humanos. Nesse sentido, @s autor@s desse dossiê contribuem para que o cotidiano escolar e os materiais didáticos fornecidos pelo Estado ou produzidos por editoriais especializadas, passem a reorientar seus produtos de forma a atentarem para a realidade de crianças e jovens lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros que vivem em seu dia a dia a dor e o peso das injúrias homófobas. Como apontam os textos de Tatiana Lionço (FIOCRUZ – DF/ANIS) e Débora Diniz; Cláudia Vianna e Lula Ramires (USP); Roger Raupp Rios (Juiz Federal – RS) e Wenderson Rufino dos Santos (UnB/ANIS) e, por fim, Malu Fontes (UFBA) verifica-se a eloquência do silêncio no que respeita a discussão dessas temáticas transversais claramente expressas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, ou no *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* e do programa federal *Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*.

Por fim, a resenha de Antonio Tupinambá (UFC) do livro *Bolívia jakaskiwa* (2008) de Raimundo e Mariléa Caruso procura mostrar o “*novo caminho boliviano*” a partir por de diversos relatos e exposições presentes na série de reportagens e entrevistas que compõem o livro. Como aponta Tupinambá, naquele país, a luta pela autonomia guarda alguma semelhança com lutas como as travadas no Timor Leste nos idos de 1999 para alcançar sua independência da Indonésia. Para o autor da resenha, o atual movimento político e social da Bolívia também pode se configurar, como no Timor, como um levante da população contra a exploração e domínio externo, a favor da sua auto-determinação. Os fenômenos coletivos presentes nos acontecimentos vividos na história recente da Bolívia fazem dessa obra um título de interesse para a Psicologia Política.

Portanto, é com grande satisfação que deixamos a noss@s leito@s na companhia de quem merece sua atenção: @s autor@es desse número da Revista Psicologia Política!

Boa leitura!